

Princípios para o combate do tráfico de pessoas, do trabalho forçado e da escravidão nas cadeias de suprimentos: RESUMO DA POLÍTICA #3

Introdução

Esta série de Resumos de Políticas é resultado da pesquisa sobre iniciativas (políticas, programas e outras ações) para combate do tráfico de pessoas, trabalho forçado e/ou escravidão (TPTFE) dentro e através das cadeias de suprimentos. Este é um campo de intervenção de crescimento rápido que nossa pesquisa buscou mapear e compreender. Com base nesta pesquisa, recomendamos quatro princípios para combater o TPTFE nas cadeias de suprimentos. Neste resumo de política, nos concentramos no Princípio nº 3: a participação genuína dos trabalhadores é um aspecto essencial das iniciativas de combate ao tráfico de pessoas, trabalho forçado e escravidão nas cadeias de suprimentos.

Quatro princípios para combater o TPTFE dentro e através das cadeias de suprimentos

1) É hora de dar um passo “além da conformidade” em relação à responsabilidade pelas cadeias de suprimento de éticas:

Para abordar de modo eficaz as práticas associadas ao TPTFE nas cadeias de suprimentos, a responsabilidade deve incluir não somente a culpabilidade e a responsabilização, mas o dever de enfrentar as injustiças das quais podemos nos beneficiar. As empresas líderes devem assumir a responsabilidade de melhorar as condições de trabalho dentro de suas cadeias de suprimentos, e suas políticas devem promover isso.

2) As iniciativas precisam ser executáveis e ter consequências significativas:

É improvável que esforços voluntários para combater o TPTFE nas cadeias de suprimentos sejam eficazes sem mecanismos de execução que resultem em consequências significativas para violações (ou incapacidade de alcançar as metas).

3) A participação genuína dos trabalhadores é essencial:

Sempre que possível, os sindicatos e outras organizações de trabalhadores devem estar envolvidos substancialmente na formulação, implementação e monitoramento de iniciativas que envolvam a relação entre o TPTFE e a cadeia de suprimentos.

4) A regulamentação pública para proteção dos direitos e padrões trabalhistas dos trabalhadores e imigrantes é essencial:

As práticas associadas ao TPTFE nas cadeias de suprimentos não ocorrem isoladas. Combatê-las exige um compromisso maior com os direitos e padrões trabalhistas. As iniciativas privadas podem complementar e reforçar a regulamentação pública, mas não a substituir.

Coleta e análise de dados

Este projeto envolveu uma pesquisa acadêmica intensa complementada pelo trabalho de campo. Veja a seguir algumas iniciativas que envolvem a relação entre o TPTFE e a cadeia de suprimentos que normalmente fazem referência aos Padrões Trabalhistas Mínimos, incluindo o direito de ser livre do trabalho forçado: 1) Acordos Marco Internacionais (AMIs) negociados entre Federações Sindicais Internacionais (FSI) e Empresas Transnacionais (ETNs), 2) acordos

comerciais bilaterais e multilaterais, e 3) códigos de conduta individuais de empresas. Além disso, foram identificadas 97 iniciativas que abordam a relação entre TPTFE e cadeia de suprimentos. Essas iniciativas se dão de diversas maneiras: muitas partes (empresas, ONGs, governos, órgãos multilaterais, etc.) estão envolvidas nessas iniciativas. Elas estão sendo desenvolvidas e aplicadas em diversos setores, operam em diferentes escalas e diferentes locais e assumem várias formas. Para compreender essa diversidade, classificamos cada iniciativa de acordo com uma série de fatores, incluindo os indicados acima. Para considerar melhor as implicações dessas diversas iniciativas, realizamos três estudos de caso investigando o desempenho das iniciativas selecionadas. Cada estudo de caso envolveu um período de trabalho de campo: setor de eletrônicos na Malásia, setor de construção civil no Catar e setor agrícola nos EUA.

Perspectivas para a participação dos trabalhadores

Devemos observar primeiramente que os Acordos Marco Internacionais (AMIs) negociados entre as Federações Sindicais Internacionais e as Corporações Transnacionais (excluídos de nosso inventário de 97 iniciativas, na medida em que claramente formam uma categoria própria) são iniciativas potencialmente importantes na relação entre o TPTFE e a cadeia de suprimentos. Eles normalmente se referem aos padrões trabalhistas básicos, incluindo o direito de ser livre do trabalho forçado. Primeiro, ao assinar AMIs, as empresas fazem um acordo contratual para lidar com violações trabalhistas dentro de suas cadeias de suprimentos, aumentando sua própria responsabilidade por tais violações. Em segundo lugar, as AMIs promovem a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva, abrindo caminho para os trabalhadores combaterem práticas associadas ao TPTFE. Os AMIs são acordos de alto nível que (por padrão) precisam ser acompanhados da organização e mobilização dos trabalhadores no local para alcançar todo seu potencial.

Além disso, embora muitas iniciativas que identificamos envolvam diversas partes (por exemplo, envolvendo uma organização não governamental e uma empresa), apenas duas foram iniciadas e/ou implementadas por sindicatos: o programa “From Catcher to Counter Program” (do pescador ao balcão) destinado à indústria da pesca e a campanha “Fair Games - Fair Play” (jogada justa - jogo limpo) focada na construção civil. Além dessas, uma iniciativa adicional foi implementada por uma organização de direitos humanos com base nos trabalhadores (descrita abaixo). Somente essas três iniciativas, juntamente com mais uma iniciada por uma aliança entre um sindicato e uma ONG (a Clean Clothes Campaign ou campanha Roupas Limpas), dependem da organização dos trabalhadores como um mecanismo essencial para o funcionamento da iniciativa. Uma iniciativa recente para combater o tráfico de crianças na indústria pesqueira realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Gana (GAWU, na sigla em inglês)¹, o modelo de Torkor, demonstrou que podemos fazer progresso envolvendo os trabalhadores, empregadores e comunidades locais. De acordo com o sindicato, 2.000 crianças foram transferidas de trabalhos perigosos, geralmente resultantes do tráfico, para a educação. Essas iniciativas parecem ser a exceção. Embora algumas incorporem o treinamento de trabalhadores ou até mesmo sua “participação”, poucas envolvem organizações trabalhistas no terreno na elaboração, implementação e monitoramento das iniciativas. Esses resultados são impressionantes, dado o reconhecimento generalizado pelo trabalho da Coalition of Immokalee Workers (coalisão dos trabalhadores de Immokalee ou CIW, na sigla em inglês)² e o modelo Worker Driven Social Responsibility (responsabilidade social dirigida pelos trabalhadores ou WSR, na sigla em inglês) no qual eles foram pioneiros.

No Fair Food Program, resultado da Campaign for Fair Food (campanha para uma alimentação justa), lançada em 2001, juntamente com o Anti-Slavery Program (programa antiescravidão) da CIW, os trabalhadores foram envolvidos na elaboração do Fair Food Code of Conduct (código de conduta para uma alimentação justa) que abrange todo o setor, para refletir as realidades locais que enfrentam. O código forma a base de “acordos bilaterais negociados com marcas de varejo nacionais e internacionais (redes de fast food, empresas de serviços de alimentação e supermercados)” (Brudney 2016: 352). Os trabalhadores também são fundamentais para sua implementação e monitoramento, por meio de investigações baseadas em reclamações. O monitoramento por terceiros dos acordos firmados pelo Fair Food Standards Council (conselho de padrões de alimentação justa) tem como base evidências mais extensas do que as auditorias padrão de RSC e há consequências comerciais pela não-conformidade: os compradores participantes são obrigados a suspender as compras de produtores que não estão em conformidade com o Código (consulte também Parella 2014). O Fair Food Premium (bônus de alimentação justa) é fundamental para o programa. Os compradores participantes comprometem-se a pagá-lo e os trabalhadores recebem um bônus de item de linha em seus salários. Isso gerou um progresso impressionante no combate à “escravidão nos campos”, aos salários extremamente baixos, riscos à saúde e segurança e ao assédio sexual. Em relação à terceirização da mão-de-obra (discutida no Resumo de Políticas nº 1), deve-se notar também que o Código prescreve o contrato direto dos contratados e trabalhadores agrícolas.

Os trabalhadores estão em melhor posição para articular os fatores que levam a situações de limitação de sua mobilidade e as práticas específicas que prejudicam ou arriscam limitá-la. Deste modo, a participação genuína dos trabalhadores contribui para uma melhor elaboração, implementação e execução das iniciativas. Portanto, sempre que possível, os sindicatos e outras organizações de trabalhadores devem estar envolvidos substancialmente na formulação, implementação e monitoramento de iniciativas que envolvam a relação entre o TPTE e a cadeia de suprimentos. No entanto, até o momento a rápida expansão das iniciativas que envolvem a relação entre o TPTE e a cadeia de suprimentos não é caracterizada por esse envolvimento. No curto prazo, as organizações internacionais podem desempenhar um papel importante em contextos onde isso é mais desafiador, embora os esforços de mais longo prazo para promover os direitos e padrões trabalhistas também sejam importantes (consulte o Resumo da Política nº 4). Ainda assim, os desafios não explicam completamente a relativa negligência das organizações de trabalhadores na elaboração de muitas iniciativas. Por esse motivo, recomendamos um maior envolvimento das organizações de trabalhadores nas iniciativas existentes e futuras sobre a relação entre o TPTE e a cadeia de suprimentos.

Referências

Brudney JJ (2016) Decent Labour Standards in Corporate Supply Chains: The Immokalee Workers Model. In: Howe J and Owens R (eds), *Temporary Labor Migration in the Global Era: The Regulatory Challenges*, Cumnor, Oxford: Hart Publishing, pp. 351–376.

Parella K (2014) Outsourcing Corporate Accountability. *Washington Law Review* 89: 747-818.

Financiamento

A pesquisa que chegou a esses resultados recebeu financiamento do Sétimo Programa Estrutural da União Europeia [FP7/2007-2013] no âmbito do acordo de subsídio nº [612869].

¹ Um representante dessa organização faz parte do Conselho Consultivo deste projeto de pesquisa.

² Representantes dessa organização fazem parte do Conselho Consultivo deste projeto de pesquisa. O trabalho da CIW recebeu a Medalha Presidencial em 2015 por seus esforços extraordinários no combate à escravidão moderna, o prêmio Clinton Global Citizen 2014, a Medalha Franklin D. Roosevelt Freedom from Want 2013, o prêmio Robert F. Kennedy Human Rights 2003 e o prêmio Hero Acting to End Modern-Day Slavery 2010, entre muitos outros reconhecimentos. Para uma lista completa das premiações, acesse: <http://www.ciw-online.org/highlights/>